

## Jornadas de Direito Penal e Processual Penal

### **Associações criminosas, criminalidade organizada e crimes associados – obtenção e valoração da prova**

**25 de março e 8 de Abril** | Lisboa | CEJ, Sala Luís Ribeiro

**30 de Abril** | Lisboa | CEJ, Auditório Álvaro Laborinho Lúcio

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

**Destinatários:** Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

#### **Objetivos:**

- Conhecer e contextualizar o quadro normativo aplicável às associações criminosas — artigos 299.º e 300.º do Código Penal, Lei n.º 5/2002, Convenção de Palermo e Decisão-Quadro 2008/841/JAI;
- Analisar os elementos típicos e as formas de participação do crime, dissecando os elementos constitutivos do tipo legal;
- Abordar as relações concursais com outros tipos de crime, designadamente crimes praticados no âmbito da associação criminosa;
- Analisar estratégias de investigação e de construção da acusação, estruturando a estratégia processual adequada: identificação dos meios especiais de obtenção de prova e articulação com instrumentos de cooperação judiciária internacional — mandado de detenção europeu, equipas de investigação conjunta e EUROJUST

#### **1.º dia – 25 de março**

Manhã	Tarde
<b>10h00</b> Abertura	<b>14h30</b> A Investigação de crimes conexos com a associação criminosa
<b>10h15</b> Criminalidade organizada e associações criminosas	<b>Sandra Marques</b> , <i>Procuradora da República junto do DCIAP</i>
<b>Mário Pedro Meireles</b> , <i>Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa</i>	<b>15h15</b> Pausa
<b>11h00</b> Pausa	<b>15h30</b> As modernas configurações das associações criminosas. O crime como um "serviço"
<b>11h15</b> O Branqueamento como crime conexo com a Associação Criminosa e questões atinentes à recolha de prova	<b>Rui Osório</b> , <i>Inspetor Coordenador de Investigação Criminal da UNCT da Polícia Judiciária</i>
<b>Ana Raquel Conceição</b> , <i>Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho</i>	<b>16h15</b> Debate
<b>12h00</b> Debate	<i>Moderação: Antero Taveira, Procurador da República e Docente do Centro de Estudos Judiciários</i>
<i>Moderação: Ana Paula Conceição, Juíza Desembargadora e Docente do Centro de Estudos Judiciários</i>	

## Jornadas de Direito Penal e Processual Penal

### **A aplicação da carta dos Direitos Fundamentais da UE e da Convenção contra a Tortura: o panorama português**

**25 de março e 8 de Abril** | Lisboa | CEJ, Sala Luís Ribeiro

**30 de Abril** | Lisboa | CEJ, Auditório Álvaro Laborinho Lúcio

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

**Destinatários:** Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

**Objetivos:** A conferência pretende reforçar a importância dos Direitos Fundamentais na ótica do Direito Comunitário e Internacional, bem como o seu reflexo na ordem jurídica portuguesa. Pretende ainda analisar a natureza e o reconhecimento expresso dos direitos fundamentais ao nível europeu e suas implicações práticas na jurisprudência.

Visa ainda dar a conhecer os mecanismos nacionais de prevenção da tortura e outros tratamentos degradantes, em conformidade com as obrigações assumidas pelo Estado Português na Convenção contra a Tortura.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial, através do método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

### 2.º dia – 8 de abril

Manhã	Tarde
<p><b>9h30 Abertura</b></p> <p><b>9h45 A Carta dos Direitos Fundamentais da EU</b> - A(s) jurisprudência(s) europeia(s) da última década: implicações maiores para o Direito e a prática nacionais, a propósito da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais <b>Paulo Pinto de Albuquerque</b>, <i>Professor Catedrático da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa</i></p> <p><b>10h45 Pausa</b></p> <p><b>11h00 TJUE, TEDH e Tribunais Nacionais: em diálogo?</b> <b>Alessandra Silveira</b>, <i>Diretora do Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU) da Universidade do Minho</i></p> <p><b>12h00 Debate</b> <i>Moderação: Ana Maria Mexia, Procuradora da República e Docente do Centro de Estudos Judiciários</i></p>	<p><b>14h00 Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes</b> – natureza e conteúdo; definição de <i>tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes</i> e seus reflexos na ordem jurídica portuguesa. <b>Vânia Costa Ramos</b>, <i>advogada, Presidente a nível europeu do Comité contra a tortura</i></p> <p><b>15h00 Pausa</b></p> <p><b>15h15 O panorama português</b> – mecanismos de prevenção da tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em Portugal <b>Inês Horta Pinto</b>, <i>Investigadora Integrada do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra</i></p> <p><b>16h15 Debate</b> <i>Moderação: Ana Paula Conceição, Juíza Desembargadora e Docente do Centro de Estudos Judiciários</i></p>

## Jornadas de Direito Penal e Processual Penal

### **Concurso de crimes e concurso de penas e determinação da pena única**

**25 de março e 8 de Abril** | Lisboa | CEJ, Sala Luís Ribeiro

**30 de Abril** | Lisboa | CEJ, Auditório Álvaro Laborinho Lúcio

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

**Destinatários:** Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

**Objetivos:** Aprofundar o conhecimento teórico e prático sobre o regime jurídico do concurso de crimes e do concurso de penas no direito penal português, identificar os critérios jurídicos aplicáveis à determinação das penas em situação de concurso, as situações em que deverá ser realizado cúmulo jurídico de conhecimento superveniente, bem como sobre os critérios de determinação da pena única, promovendo uma correta aplicação das normas penais e da jurisprudência relevante.

### 3.º dia – 30 de abril

Manhã	Tarde
<b>9h45</b> Abertura	<b>14h30</b> Conhecimento superveniente do concurso
<b>10h00</b> Unidade e pluralidade de infrações: as formas possíveis do concurso de crimes <i>Inês Ferreira Leite, Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa</i>	<b>Francisco Mota Ribeiro, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto, em comissão de serviço como Inspetor do Conselho Superior da Magistratura Judicial</b>
<b>11h30</b> Pausa	<b>15h15</b> Pausa
<b>11h15</b> Análise da jurisprudência mais relevante sobre o tema <i>Edgar Valente, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Évora</i>	<b>15h30</b> A determinação da pena única <i>Pedro Vaz Patto, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto</i>
<b>12h30</b> Debate  Moderação: <b>Belmira Felgueiras, Juíza Desembargadora e Docente do Centro de Estudos Judiciários</b>	<b>16h15</b> Debate  Moderação: <b>Ana Paula Conceição, Juíza Desembargadora e Docente do Centro de Estudos Judiciários</b>